

Estados devem pedir ao governo um prazo maior para amortizar débitos

por Érico Valduga
de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, alceu Collares, dirá hoje ao ministro do Planejamento, Paulo Haddad, que a dívida dos estados e municípios deve ser rolada em 30 anos (360 prestações), e não em 20 anos, como está previsto na minuta de projeto de lei que será encaminhada, nesta semana, ao presidente da República, cuja íntegra este jornal publicou na semana passada. Se o governo federal quer negociar a dívida interna em 30 anos, "não se pode compreender que o projeto para os estados conceda apenas 20 anos", enfatizou o governante gaúcho.

Collares lembrou que a federalização das dívidas estaduais e municipais, resultado de campanha iniciada pelo governo gaúcho em 1991, foi definida na Lei nº 8.388, de 31 de dezembro de 1991, "mas a desorganização do governo Collor impediu o conhecimento real dos débitos". Em consequência, o Congresso aprovou a matéria, "mas a tecnocracia não aplicou as decisões", acrescentou. Agora, a Lei nº 8.388 será substituída pela resultante do projeto que está indo ao conhecimento presidencial, o qual "é positivo, fora a questão do prazo", disse o governador.

SÃO PAULO

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Eduardo Maia, prefere se pronunciar a respeito do plano de rolagem da dívida dos estados e municípios hoje, após o encontro com o ministro Haddad, informou sua assessoria.

PARANÁ

O projeto de lei que trata da rolagem das dívidas dos estados e municípios junto à União não afeta diretamente o Paraná, cujas amortizações estão sendo mantidas rigorosamente em dia, disse o diretor-geral da Secretaria da Fa-

zenda, Nestor Bueno, à repórter Rosemeyre Tardivo.

No que se refere ao montante a vencer, o prazo de pagamento é maior que o que está sendo proposto pelo governo federal, através do projeto. "De qualquer forma, faremos levantamentos e cálculos para detectar, com exatidão, se haveria vantagem ou desvantagem no nosso enquadramento no processo de rolagem", disse Bueno.

O secretário Heron Arzua, inclusive, deverá participar de todas as discussões acerca do assunto, já tendo confirmado sua presença na reunião que será realizada hoje, em Brasília, com o ministro Paulo Haddad e com o presidente Itamar Franco. O governador do estado, Roberto Requião será representado pelo secretário Especial de Assuntos Externos, Mauro Goulart.

Bueno explicou que o saldo da dívida interna do Paraná era, em 31 de dezembro, de US\$ 715 milhões, incluindo a parcela mobiliária de US\$ 120 milhões — que começará a ser quitada a partir de março deste ano. Do total, o maior montante é junto ao Banco do Brasil — da ordem de US\$ 430 milhões —, seguindo-se a Caixa Econômica Federal — US\$ 110 milhões — e Banco Central — de US\$ 32 milhões. O governo paranaense tem, ainda, um débito de US\$ 13 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo informou Bueno, as amortizações realizadas em 1992 somaram US\$ 35 milhões. No mês de dezembro, especificamente, foram enviados US\$ 3,2 milhões aos órgãos credores, o que possibilitou ao Estado fechar o ano sem qualquer débito pendente. O saldo total, explicou o diretor-geral da Secretaria das Finanças, deverá estar totalmente liquidado no ano de 2.017. Ou seja, o prazo é de 25 anos (contando com 1993).